


## CIDADANIA CULTURAL E DESIGUALDADES DAS POLÍTICAS PATRIMONIAIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO\*

### CULTURAL CITIZENSHIP AND INEQUALITIES IN HERITAGE POLICIES IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO


**Gabriel da Silva Vidal Cid**

 <https://orcid.org/0000-0003-0479-041X>

**Correspondência:** gabrielsvcid@gmail.com

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

**Leopoldo Guilherme Pio**

 <https://orcid.org/0000-0002-6778-4992>

**Correspondência:** leopoldo.pio@unirio.br

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

**DOI:** 10.12957/cdf.2026.96878

**Recebido em:** 13 fev. 2026 | **Aceito em:** 23 abr. 2026

#### RESUMO

A pesquisa, descrita neste artigo, articula o tema das políticas culturais, em especial no campo da memória coletiva, aos estudos urbanos e tem como proposta apresentar um mapeamento da situação atual das políticas de memória na cidade do Rio de Janeiro, considerando desigualdades de investimentos nas políticas de memória no território. Trata-se de compreender o conjunto de marcos de memória na cidade do Rio de Janeiro, analisando bens patrimonializados, monumentos e a imaginária, bustos e estátuas, considerando sua distribuição nos bairros e áreas de planejamento da cidade, considerando espaços esvaziados dessas políticas.

**Palavras-chave:** memória coletiva; memória cultural; Rio de Janeiro; políticas de memória.

#### ABSTRACT

The research described in this article connects the theme of cultural policies, especially in the field of collective memory, to urban studies and aims to present a mapping of the current situation of memory policies in the city of Rio de Janeiro, considering inequalities in investments in memory policies across the territory. It seeks to understand the set of memory landmarks in the city of Rio de Janeiro, analyzing heritage assets, monuments and imagery, busts and statues, considering their

---

\*Uma primeira análise dos dados discutidos neste artigo foi apresentada no 22º Congresso Brasileiro de Sociologia, ver, Cid e Pio (2025). Para este artigo, nos baseamos na comunicação discutida no II Seminário de Estudos Sobre o Rio de Janeiro, em novembro de 2025.

distribution in the city's neighborhoods and planning areas, and taking into account spaces devoid of these policies.

**Keywords:** collective memory; cultural memory; Rio de Janeiro; memory policies.

## 1 INTRODUÇÃO

O artigo apresenta resultados iniciais da pesquisa, em andamento, que busca discutir desigualdades de acesso ao direito à memória e à cultura na cidade do Rio de Janeiro, a partir do mapeamento de bens patrimonializados e monumentos na cidade do Rio de Janeiro. Em especial, destacam-se as desigualdades das políticas quando se considera o território da cidade do Rio de Janeiro, a definição das diferentes regiões administrativas e as consideradas como periferias e subúrbios, frequentemente prejudicados nos processos de valorização da cidade. Argumentamos que a tomada de decisão de investimento no embelezamento ou valorização patrimonial, nas narrativas oficiais da cidade, valorizam alguns territórios em detrimento de outros. A partir do levantamento dos dados, disponibilizados pela administração municipal a respeito da distribuição espacial dos bens patrimonializados, bustos, estátuas e monumentos, a pesquisa busca compreender as políticas de memória seguindo a lógica de divisão administrativa dos bairros, as áreas de planejamento (APs) e regiões administrativas (RAs). Pretende-se discutir concentrações, vazios e desigualdades destas políticas na cidade do Rio de Janeiro, e demonstrar que as diferenças de acesso às políticas culturais se refletem no espaço, na configuração do que estamos compreendendo como iniquidade patrimonial. Uma face dessa iniquidade se dá no desigual investimento em equipamentos e suportes de memória, gerando ausências e invisibilidades evitáveis no território da cidade.

Como objetivo geral, a pesquisa busca somar avanços do tema da memória coletiva na sua relação com os territórios e as formas de desigualdades sociais<sup>1</sup>. A noção de “memória cultural”, de Aleida Assman (2011), é tomada como chave analítica para problematizar as desigualdades na distribuição de investimentos no território, bem como para refletir sobre o direito à memória e à cultura. Partimos da compreensão de que decisões acerca das políticas no âmbito do simbólico levam a impactos na construção de pertencimentos e identidades que se refletem no espaço urbano carioca.

---

<sup>1</sup>A pesquisa parte do interesse dos autores nas relações entre o simbólico e a conformação do território. Ver, Cid (2016, 2019 e 2024), Cid, Peixoto e Pio (2023) e Pio (2017).

Como veremos a seguir, mais atentamente, o conceito de cidadania cultural implica na ampliação do conceito tradicional de cidadania, na medida em que aborda um conjunto de direitos, práticas e condições que possibilitam aos indivíduos e grupos o acesso aos bens e serviços culturais, bem como a participação ativa na produção, circulação e reconhecimento de suas expressões simbólicas. Nesse sentido, a constituição do patrimônio cultural em suas diversas vertentes torna-se um elemento fundamental no processo de construção de cidadania ou de exclusão social. Ao mapearmos a configuração e a disposição desses bens no espaço, é possível compreendermos as assimetrias e desigualdades na realização das políticas culturais e patrimoniais.

Nossa metodologia considera as políticas organizadas em torno dos instrumentos administrativos concernentes ao poder executivo de nomear e definir o patrimônio cultural como de interesse público e, assim, tendo o dever de executar políticas de acautelamento<sup>2</sup>. No mesmo sentido, buscamos compreender espacialmente o conjunto da imaginária na cidade, considerando assim, interesses de embelezamento e políticos na definição de lugares valorizados ou não, por meio da instalação de bustos, estátuas e monumentos. A discussão se insere na organização de uma agenda de pesquisa que busca, em primeiro lugar, mapear desigualdades de acesso às ações governamentais no âmbito da cultura, em especial nas políticas de memória. Em um segundo objetivo, pretende-se a análise qualitativa dessas políticas. Neste momento, mantemos o foco no objetivo de interpretar espacialmente a diferenciação de dois conjuntos de informações sobre o território da cidade do Rio de Janeiro: 1. bustos, estátuas e monumentos; 2. bens patrimonializados por processos de tombamento ou registro. Este mapeamento passa pela interpretação de diferentes categorias de classificação utilizadas para valorizar, invisibilizar ou estigmatizar determinados territórios ou culturas urbanas.

## 2 CIDADANIA E MEMÓRIA

O interesse pela memória coletiva vem ganhando mais força nas últimas décadas. Seja para a ampliação na participação das escolhas do que lembramos ou silenciemos, coletivamente, seja na crítica às políticas públicas voltadas à memória. É inegável que há um interesse para além dos gabinetes e repartições públicas. As ações em torno do

---

<sup>2</sup>Ver, a esse respeito, Rabello (2009).

movimento recente conhecido como *Black Lives Matter* conectaram-se a reivindicações, em diversos países, por uma revisão crítica dos monumentos públicos, evidenciando disputas em torno da memória e da justiça histórica no espaço urbano. Conhecidos como “derrubada de estátuas”, no cenário internacional “Rhodes Must Fall” (RMF) ou “Fallists”<sup>3</sup>, estes movimentos nos fizeram lembrar do caráter político e das relações entre a memória coletiva e o urbano, além das temáticas da dor e sofrimento contidos ou silenciados em nossos marcos de memória. Algumas análises recentes vêm sistematizando as discussões sobre o tema, as aproximando sob a ideia de memórias difíceis, traumáticas ou sensíveis<sup>4</sup>.

Neste artigo, focamos no conjunto de marcos de memória que podem ser lidos a partir do conceito de “lugares de memória”, cunhado pelo historiador francês Pierre Nora. Para Nora (1993), dada a mudança ocorrida na organização da sociedade moderna, as formas “tradicionais” de se lembrar socialmente não são mais possíveis, ou dificultadas, e, neste sentido, os estados modernos assumem a tarefa de definir marcos de memória que visam organizar certa experiência de passado e presente. Norbert Elias (1998) afirma a necessidade de que as sociedades possuem em produzir sínteses na ideia de passado, presente e futuro, considerando acontecimentos em certas relações causais. Estas sínteses são incorporadas na internalização de um presente que se realiza na experiência de um passado e de um futuro<sup>5</sup>. Seguindo nesta interpretação, o que entendemos como memória cultural se organiza de maneira forte em cima da ação pública<sup>6</sup>, dado o peso do escopo das políticas, orçamentos e escolhas por alocação de recursos. Embora a memória coletiva (ou cultural) não se resuma às políticas para o tema, nas sociedades modernas estas decisões impactam fortemente. O debate sobre os “lugares de memória” passa pela noção do Estado como constituinte de uma certa “razão patrimonial” (Poulout, 2011) que incide na experiência do cidadão em um ato político de percorrer a memória. Tal ideia já se fazia presente no início das políticas de acautelamento dos bens, quando se tornam do interesse público, na França pós-revolucionária. Conforme Françoise Choay (2001), naquele

---

<sup>3</sup>Ver, Frank e Ristik (2020), Mirzoeff (2021) e Schwarcz (2024).

<sup>4</sup>Ver, no Rio de Janeiro, Cid, Santos e Fernandes (2024), e, em São Paulo, Cymbalista (2019).

<sup>5</sup>Em Elias, estas demarcações fundem-se e são determinadas para uma concepção de presente no que chama de síntese. Realizar esta síntese está relacionada com o “habitus social ou da estrutura de personalidade social das pessoas individuais” (Elias, 1998, p.115), associado a processos de incorporação que se dão no plano individual, mas por meio de processos sociais.

<sup>6</sup>O entendimento de “ação pública” remete a certa ampliação da noção de “políticas públicas”, considerando efeitos e alguma margem para as relações destas com a sociedade civil. Ver, estudos em Oliveira e Hassenteufel (2021).

momento, a preocupação em se manter determinados bens, demonstrava certa perspectiva de passado, para além do valor pecuniário.

Nos interessa, neste momento, que a organização do conjunto de marcos de memória se faz segundo uma concepção de comunidade ou tradição<sup>7</sup>. A ideia de comunidade se torna a concretização de determinado projeto de pertencimento abstrato, onde a cidadania organiza, na concretude da vida, uma chave de pertencimento. Nesta interpretação cabe pensar a cidadania como um “conceito-tendência”. José Maurício Domingues (2014) propõe este conceito para interpretar conteúdos ou sentidos para ações concretas pautadas por um ideal de sociedade.

Políticas culturais recentes têm procurado dar conta de uma noção de cidadania ampliada que permite a aproximação de setores da sociedade até então excluídos (Domingues, 2010; Cid, 2016). Soma-se à ampliação das políticas culturais, o entendimento de que o direito à cultura se relaciona à manutenção e fruição da cultura, em uma relação para além do consumo. Tal perspectiva tem a ver com a ampliação das possibilidades de produção e manutenção da cultura como um direito universal que precisa ser compreendido em situações muito específicas de acesso aos mecanismos e equipamentos culturais e indo além. Esta inflexão tem a ver com a constituição de um projeto de cidadania que reconhece o direito à memória como importante marca na efetivação de uma cidadania cultural (Chauí, 2008). Nesse contexto a participação das comunidades envolvidas é tomada como um elemento importante para a efetivação de uma cidadania, trazendo novos debates e demandas para as políticas de memória. O conceito de cidadania patrimonial, como pensado pelo antropólogo Manuel Lima Filho (2015), busca dar conta deste debate para pensar como as comunidades têm a capacidade de participação nas políticas para o patrimônio cultural.

## 2 POLÍTICAS DE MEMÓRIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Conforme destacamos acima, estamos privilegiando, nessa análise, o conjunto de ações públicas voltadas para o campo da memória coletiva, no que estamos chamando de “políticas patrimoniais”. Estas envolvem tanto o conjunto denominado patrimônio

---

<sup>7</sup>A interpretação segue análises de Anderson (2005), Hobsbawm (1990) e estudos reunidos em Hobsbawm e Ranger (1984).

cultural, bens tombados ou registrados, quanto a imaginária<sup>8</sup>, definida por bustos, estátuas e monumentos. Trabalhamos com informações disponibilizadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro, no portal *Data.Rio*<sup>9</sup>, no caso do patrimônio cultural, e, sobre a imaginária com informações contidas em *Os monumentos do Rio de Janeiro: Inventário*, de 2015, produzido pela arquiteta Vera Dias<sup>10</sup>. Após levantamento de informações e tabulação de dados, foi possível mapear inicialmente as disparidades entre ações de construção de monumentos, bustos e estátuas, além da preservação e patrimonialização conforme os bairros da cidade. Quando agrupamos os dados nas áreas de planejamento 1 e 2, em comparação com as demais, especialmente as 3 e 5, correspondente às zonas Norte e Oeste da cidade, temos uma ideia da disparidade de desigualdade, conforme a tabela a seguir.

Tabela 1 - quantitativos e percentuais de monumentos, bustos e estátuas e bens tombados e registrados na cidade do Rio de Janeiro, agrupados segundo Áreas de Planejamento

Área de Planejamento	Monumentos, Bustos e Estatuas		Bens Tombados e Registrados	
	Quant.	%	Quant.	%
AP1	373	33,66%	711	29,77%
AP2	465	41,97%	1409	59,00%
AP3	102	9,21%	118	4,94%
AP4	39	3,52%	60	2,51%
AP5	95	8,57%	72	3,02%
<b>Total</b>	<b>1074</b>	<b>96,93%</b>	<b>2370</b>	<b>99,24%</b>

Fonte: Elaborada pelos Autores.

A Tabela 1 foi elaborada no sentido de comparar as políticas de memória, considerando as áreas de planejamento, conforme a lógica administrativa municipal. É visível a desigualdade de investimento. As AP1 (Centro) e AP2 (Zona Sul + Tijuca e Vila Isabel) possuem mais do que três vezes a quantidade de bens do que as restantes. Mesmo considerando o somatório dos bens acautelados nas AP3 (Zona Norte), AP4 (Zona

<sup>8</sup>Para Paulo Knauss, a categoria imaginária é pensada como um esforço para compreender um “coletivo de imagens, permite extrapolar a dimensão técnica e material da escultura e ao mesmo tempo abarcar o significado das noções de marco e monumento, que se relacionam, respectivamente, à ordem espacial e temporal” (1999, p. 7).

<sup>9</sup>Disponível em: <https://www.data.rio/documents/abb695ceda7f4805a05953ee0a4176d7/about>. acesso em 29 de janeiro de 2016.

<sup>10</sup>Cabe à Secretaria Municipal de Conservação – Seconserva – a administração dos marcos, bustos, estátuas e monumentos. Tentamos informações acerca deste conjunto com a Secretaria, na Gerência de Monumentos e Chafarizes (GMC), no entanto nos foi dito que não há um instrumento que organiza as informações, sendo o inventário, publicado em 2015, a fonte de informações mais atualizada.

Sudoeste - Barra da Tijuca e Jacarepaguá) e AP5 (Zona Oeste), não se alcança os da quantidade de investimentos neste quesito na AP2 (Zona Sul, mais os bairros da Tijuca e Vila Isabel), que chega a 59% do total. Tal discrepância revela a ausência de iniciativas de preservação nas regiões Norte e Oeste.

Tabela 2 - Percentuais, segundo áreas de planejamento, de monumentos, bustos, estátuas, bens acautelados, número de habitantes e área, em relação à cidade do Rio de Janeiro

Área de Planejamento	Monumentos, Bustos e Estatuas	Bens Tombados e Registrados	População	Área (ha)
AP1	33,66%	29,97%	4,54%	2,86%
AP2	41,97%	59,00%	14,34%	8,34%
AP3	9,21%	4,94%	33,69%	16,90%
AP4	3,52%	2,51%	17,80%	24,40%
AP5	8,57%	3,02%	29,63%	47,51%
<b>Total</b>	<b>96,93%</b>	<b>99,44%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaborada pelos Autores.

A Tabela 2 nos permite pensar na densidade demográfica como uma possível categoria explicativa para a diferenciação da ação do Estado no trato da memória, nas diferentes áreas de planejamento. A Zona Norte (AP3) possui bairros tão ou mais adensados que a Zona Sul (AP2) e, ainda assim, possui uma quantidade de investimento público de memória cerca de três vezes menor. Como exemplo, no bairro de Copacabana, na Zona Sul (AP2), encontramos 47 bens tombados, com mais de 200 habitantes por hectare, enquanto na Zona Norte (AP3), o bairro do Méier, com densidade semelhante, possui 12 bens tombados. Mesmo considerando a problemática das datas escolhidas para efemérides, não deixa de ser curioso que estes dois bairros tomados como exemplo, tenham datas de fundação próximas, tendo o bairro do Méier a data de 13 de maio de 1889, e Copacabana, 6 de julho de 1892.

Tabela 3 - Dados consolidados considerando o Subúrbio (AP3 e AP5, zonas norte e oeste) x Zona Sul e Central.

	Monumentos, Bustos e Estatuas		Bens Tombados e Registrados	
	Quant.	%	Quant.	%
Subúrbio (AP3-ZN e AP5-ZO)	197	17,78%	190	7,96%
Zona Sul + Tijuca e Vila Isabel (AP2)	465	41,97%	1409	59,00%
Centro (AP1)	373	33,66%	711	29,77%

Fonte: Elaborada pelos Autores.

A Tabela 3 consolida dados em torno do território que é denominado subúrbio carioca e, novamente, nos ajuda a compreender a desigualdade das políticas patrimoniais na divisão da cidade, especialmente considerando em contraponto a área central e a Zona Sul. Esta diferenciação marca algumas divisões simbólicas e materiais da cidade, fortemente marcada pela dicotomia Zona Sul vs Zona Norte, ou Zona Sul vs Subúrbio. Entendemos o Subúrbio como composto pelas zonas Norte e Oeste<sup>11</sup>. O Subúrbio do Rio de Janeiro (AP3 e AP5) soma 64% da área e abriga 62% da população da cidade, no entanto possui apenas 18% dos monumentos, bustos e estátuas e 8% dos bens tombados. O Subúrbio foi marcado pela construção de um estigma, que organiza a identidade do cidadão carioca, por vezes lido de maneira caricata, e condescendente, por vezes na violência da precariedade ainda mais acentuada no que toca os serviços públicos na comparação com outras regiões da cidade<sup>12</sup>. Neste sentido, é possível pensarmos a ausência de políticas culturais e patrimoniais nesta região como um reflexo das desigualdades socioeconômicas e étnico-raciais que se expressam no território urbano.

O que os dados nos indicam é que as políticas patrimoniais repetem o padrão histórico de desigualdade de investimentos e desinteresse na região do subúrbio carioca. Como bem lembra o geógrafo Roberto Lobato Correa (2002), os monumentos, por terem um caráter permanente e serem públicos, tendem a se tornar referências visuais, (re)criando paisagens, definindo uma iconografia e um sentido político no território. Em sua maior parte, as políticas patrimoniais lidam com bens de escalas acentuadas e (re)produzem o poder. Em nossa análise, eles (re)forçam que de determinados lugares emana o poder, ao produzirem um suposto acordo entre os cidadãos e a ideia de um passado e projeto de futuro compartilhado.

---

<sup>11</sup>Embora exista debates sobre o conceito de subúrbio carioca, há certo consenso sobre sua especificidade local e por definir uma região habitada em sua maioria por camadas populares (Bernardes; Soares, 1990) e proximidade às linhas férreas (Pechman, 1985). O debate vem sendo ampliado por pesquisadores, ativistas e coletivos que vêm ressignificando a categoria “subúrbio”. Ver, estudos reunidos em, Oliveira e Fernandes (2000); Santos, Mattoso e Guilhon (2019); Araújo e Davies (2022) e Carneiro e Mattoso (2023); e *Novos Diálogos Suburbanos*, disponível em: <https://novosdialogossurbanos.instituto215.org.br/>. Acesso em 31/2026.

<sup>12</sup>Fernandes (2011) demonstra como este estigma se constituiu a partir de um projeto de valorização da Zona Sul, território da cidade moderna em contraponto ao subúrbio, lugar da ausência e atraso, construção simbólica que contrasta com dados históricos apresentados. Ribeiro (1997) aponta que esta diferenciação se relaciona à elaboração diferenciada de produção de moradias, ao longo do século XX. Abreu (1994) estuda o vetor de concentração de renda que reúne a acumulação do capital ao papel do Estado que ao longo do século XX, caminha da região central em direção à Zona Sul, favorecido por grandes investimentos públicos, em contraponto às ausências nas periferias deste centro de renda e poder. Os três estudos, embora por caminhos distintos, nos permitem perceber um modelo de diferenciação de centro e periferia com grande impacto simbólico e material, espacializando renda e poder.

### 3 ALGUMAS CONCLUSÕES

Esta realidade descrita serve de base para uma série de reflexões, em andamento. Consideramos que a noção de cidadania cultural, ao tratar do direito ao acesso, à representação, à expressão e ao reconhecimento, permite problematizar as desigualdades de visibilidade e de investimento público que tornam algumas memórias centrais e outras periféricas. No âmbito desta análise, essa perspectiva possibilita evidenciar como a ausência de políticas voltadas ao subúrbio do Rio de Janeiro configura uma violação ou acesso diferenciado a esse direito fundamental. Além disso, abre-se o horizonte interpretativo para ampliar as discussões acerca do direito à cultura em suas articulações com os processos de patrimonialização, permitindo refletir sobre como determinados grupos e territórios são incluídos ou excluídos da narrativa oficial da cidade. Tal perspectiva problematiza a desigualdade na distribuição de investimentos e no reconhecimento de determinados lugares de memória, permitindo evidenciar como determinadas regiões e narrativas, como as do Subúrbio, são frequentemente invisibilizadas.

A pesquisa vem permitindo demonstrar com maior segurança que o patrimônio cultural não é distribuído de forma equitativa no espaço urbano, reproduzindo hierarquias sociais e espaciais históricas, e a necessidade de se problematizar as relações entre cidadania, memória e justiça. Ao evidenciar as lacunas na preservação e valorização de determinados territórios e memórias em detrimento de outros, busca-se contribuir para o debate sobre o direito à cultura, ressaltando a necessidade de políticas públicas mais justas, integradoras e democráticas.

### REFERÊNCIAS

ABREU, M. de A.. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

ANDERSON, B.. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo**. Lisboa: Edições 70, 2005.

ARAÚJO, F.; DAVIES, F. A.. (Org.). **Rio a oeste: modos de habitar e fazer a cidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022.

ASSMANN, A. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BERNARDES, L. M. C.; SOARES, M. T. de S.. **Rio de Janeiro: cidade e região.** Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.

CARNEIRO, S. de S.; MATTOSO, R. **Subúrbios: espaços plurais e múltiplos do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Autografia. 2023.

CHAUI, M.. **Cultura e democracia.** Crítica y emancipação: Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008- ). Buenos Aires: CLACSO, 2008.

CHOAY, F.. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo, ed. ENESP, 2001.

CID, G. S. V. **A memória como projeto: tensões e limites do processo de patrimonialização da capoeira.** Tese, Rio de Janeiro, IESP/UERJ, 2016.

CID, G. S. V.. Patrimônio Cultural, memória e cidadania na região de Madureira. *In. Memória, patrimônio cultural e a questão urbana no Rio de Janeiro: contradições, conflitos e desafios.* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

CID, G. S. V. Usos da memória e atores coletivos em disputa pela cidade: o Estádio do Maracanã, o Museu das Remoções e o Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural. *In. Patrimônio como direito.* ed.1. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2024. p. 65-78.

CID, G. S. V.; PEIXOTO, F. C.; PIO, L. G. (orgs). **Subúrbios e Periferias: atores, projetos e territórios na organização de memórias coletivas do espaço urbano.** Em Tese, Florianópolis, v. 20 n. 02, 2023.

CID, G. S. V.; PIO, L. G. Políticas de memória e desigualdades de representação no território da cidade do Rio de Janeiro. **22º Congresso Brasileiro de Sociologia. Sociedade Brasileira de Sociologia.** USP, São Paulo, 2025.

CID, G. S. V.; SANTOS, M. S.; FERNANDES, A. P. A. (Org.). **Lugares de memórias difíceis no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Mórula, 2024

CORRÊA, R. L. Monumentos, política e espaço. *In. ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). Geografia: temas sobre cultura e espaço.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

CYMBALISTA, R. (Org.). **Guia dos lugares difíceis de São Paulo.** São Paulo: Annablume, 2019.

DIAS, V. **Os Monumentos do Rio de Janeiro.** Inventário 2015. Rio de Janeiro: Nau das Letras Editora, 2015.

DOMINGUES, J. M. **Global Modernity: Levels of analysis and conceptual strategies,** Social Science Information, 2014.

DOMINGUES, J. M. As subjetividades coletivas e as províncias prático-hermenêuticas da vida social. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 32, n. 3, 2020.

DOMINGUES, J. L. P.. **Programa Cultura Viva** : políticas culturais para a emancipação das classes populares, Rio de Janeiro, ed. Luminária Academia/Multifoco, 2010.

ELIAS, N. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FERNANDES, N. da N.. **O rapto ideológico da categoria subúrbio**: Rio de Janeiro 1858/1945. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

FRANK, S.; RISTIC, M. **Urban fallism**: Monuments, iconoclasm and activism. City: Analysis of Urban Change, Theory, Action. 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13604813.2020.1784578#d1e139>. Acesso em 22 de junho de 2025.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780** : programa, mito e realidade, São Paulo, ed. Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KNAUSS, P. **Cidade vaidosa**: imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Cidadania Patrimonial. In. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, ano 19, 26(2), p. 134-155, 2015.

MIRZOEFF, N. **All the monuments must fall #charlottesville**. The Funambulist, 2021. Disponível em: <https://thefunambulist.net/magazine/against-genocide/all-the-monuments-must-fall-charlottesville>. Acesso em: 10 nov. 2023.

NORA, P.. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. Projeto História, n. 10, dezembro, São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, M. P. de; FERNANDES, N. da N. (Org.). **150 anos de subúrbio carioca**. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ/ EdUFF, 2010.

OLIVEIRA, O. P. de; HASSENTEUFEL, P. **Sociologia política da ação pública**: teorias, abordagens e conceitos. Brasília: Enap, 2021.

PECHMAN, R. M. **A Gênese do mercado urbano de terras, a produção de moradias e formação dos subúrbios no Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado. IPPUR/UFRJ, 1985.

PIO, L. G.. **Usos e sentidos do Patrimônio Cultural no Projeto Porto Maravilha**. Rio de Janeiro: Ed. Gramma, 2017.

PIO, L. G. Fisiognomia da zona portuária: configurações do espaço a partir do patrimônio histórico. *In. O Porto do Rio e outras espacialidades cariocas*. Rio de Janeiro: Estudos Americanos 2021, p. 73-89.

POULOUT, D.. A razão patrimonial na Europa do Século XVII ao XXI. *In. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, 2011.

RABELLO, S. **O Estado na preservação dos bens culturais**: o tombamento, Rio de Janeiro, IPHAN, 2009.

RIBEIRO, L. C. Q.. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, IPPUR, UFRJ, FASE, 1997.

SANTOS, J. J. dos; MATTOSO, R.; GUILHON, T. (Org.). **Diálogos suburbanos**: identidade e lugares na construção da cidade. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SCHWARCZ, L. M. **Imagens da branquitude**: A presença da ausência. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

## AGRADECIMENTOS

A pesquisa que resulta no artigo teve início no diálogo entre os autores e os colegas, também sociólogos, Fábio Peixoto (IFRJ-CNil) e Marcelo Cardoso da Costa (IFRJ-CDuC), em meio a andanças e o interesse pela cidade do Rio de Janeiro. Na tabulação dos dados, tivemos a colaboração do pesquisador Judival de Souza Estrela Junior (PPICS/UERJ). Agradecemos aos amigos pela parceria.

O artigo assinado é de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.